

Sumário

Prefácio	xv
<i>Guilherme Calmon Nogueira da Gama</i>	
Apresentação	xxix
Capítulo 1 – Mercado Financeiro e suas Delimitações Econômicas e Jurídicas	1
1.1. Breve conteúdo histórico	1
1.2. Delimitações na acepção econômica	4
1.3. Delimitações na acepção jurídica	8
Capítulo 2 – Instituições Financeiras e a Relação Jurídica Contratual com o Investidor	11
2.1. Introdução	11
2.2. Instituições do subsistema normativo	11
2.3. Instituições do subsistema de intermediação	14
Capítulo 3 – Esfera Jurídica Consumerista no Mercado Financeiro	21
3.1. Serviços financeiros	21
3.2. Extensão dos direitos e garantias fundamentais nas relações de consumo e de investimento	24
3.3. Investidor-consumidor no mercado de capitais e nos fundos de investimento	31
3.3.1. Dificuldades e teorias sobre o conceito de consumidor	31
3.3.2. Discussão conceitual sobre o consumidor pessoa jurídica	33
3.3.3. Concepção de consumidor na doutrina portuguesa ..	36
3.3.4. Concepção de consumidor na doutrina alemã, francesa e italiana	38

3.4. Investidor-consumidor e a relação jurídica com o fornecedor dos serviços do mercado de capitais	40
3.5. Investidor-consumidor e a relação jurídica com os administradores de fundos de investimentos.....	45
Capítulo 4 – Esfera Jurídico-Contratual do Investidor-Consumidor	49
4.1. Relação contratual no fenômeno do consumo e o investimento.....	49
4.1.1. Regulamentação estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.....	52
4.1.2. Regulamentação estabelecida no Código Civil brasileiro	53
4.1.3. Regulamentação estabelecida na Lei da Comissão de Valores Mobiliários e na Lei das Sociedades Anônimas.....	56
4.2. Regulamentação europeia para o mercado único de serviços financeiros.....	58
4.2.1. Regulamentação europeia dos serviços financeiros de investimento.....	63
4.2.2. Regulamentação estabelecida no Código Civil português.....	65
4.2.3. Regulamentação estabelecida no Código de Valores Mobiliários português	66
Capítulo 5 – Compreensão do Instituto Contratual no Mercado de Capitais e nos Fundos de Investimentos	71
5.1. Contrato massificado no mercado de capitais e nos fundos de investimentos.....	71
5.2. Natureza da relação contratual com o fornecedor de serviços financeiros	75
5.2.1. Relação contratual com o fornecedor de serviços financeiros e a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.591	77
5.2.2. Fenômenos de natureza consumerista na relação contratual bancária e financeira.....	83
5.3. Objeto contratual do investidor-consumidor.....	85

Capítulo 6 – Valor Mobiliário como Objeto do Contrato do Investidor-Consumidor	87
6.1. Escopo delimitador do valor mobiliário	87
6.2. Natureza jurídica do valor mobiliário.....	88
Capítulo 7 – Fundos de Investimentos como Objeto do Contrato do Investidor-Consumidor	93
7.1. Introdução	93
7.2. Origens dos fundos de investimentos	93
7.3. Naturezas jurídicas dos fundos de investimentos.....	98
7.4. Classificação dos fundos de investimentos	105
7.5. Remuneração do administrador dos fundos de investimentos.....	113
Capítulo 8 – Direitos Protetivos do Investidor-Consumidor ..	115
8.1. Resistências do setor financeiro na proteção do investidor-consumidor	115
8.1.1 Direitos Protetivos disciplinados pelo Banco Central do Brasil	117
8.1.2. Direitos protetivos disciplinados pela Comissão de Valores Mobiliários	124
8.2. Proteção contratual	126
8.3. Informação adequada	130
8.3.1. Noção dos riscos sobre o capital investido	138
8.3.2. Correta noção do investimento realizado.....	140
8.4. Transparência nas relações de investimento	142
8.5. Liberdade de escolha.....	147
8.5.1. Proibição de operações condicionadas ou vinculadas..	149
8.6. Imparcialidade e neutralidade	150
8.7. Proibição de garantia de rendimento.....	154
8.8. Proibição de publicidade enganosa e abusiva.....	157
8.9. Direito à efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais.....	163
8.10. Inversão do ônus da prova.....	179

Capítulo 9 Garantias Protetivas para o Acesso aos Órgãos Judiciais e Administrativos	187
9.1. Garantias do investidor-consumidor ao acesso aos órgãos judiciais e administrativos	187
9.2. Acesso aos órgãos judiciais.....	191
9.2.1. Tutelas individuais	191
9.2.2. Tutelas coletivas	198
9.3. Acesso aos órgãos administrativos	207
9.3.1. Órgãos administrativos originários	207
9.3.1.1. Banco Central do Brasil como órgão administrativo originário	208
9.3.1.2. Comissão de Valores Mobiliários como órgão administrativo originário	212
9.3.2. Órgãos administrativos recursais	215
Considerações Finais	219
Referências Bibliográficas	229